

CASTRO, Celso e LEIRNER, Piero. Uma antropologia dos militares – Reflexões sobre pesquisas de Campo. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

*José Miguel Arias Neto**

Há uma “Antropologia dos Militares”? O livro organizado por Celso Castro e Pierre Leirner procura responder positivamente à questão. A obra divide-se em apresentação e onze capítulos, alguns mais teóricos, outros apresentando estudos de caso. Há estudos sobre as cadetes pioneiras da Academia da Força Aérea (AFA) por Emilia Takahashi, o serviço de comunicação do Exército por Lauriani Porto Albertini, mulheres de militares por Fernanda Chinelli, o mundo do quartel, por Cristina Rodrigues da Silva, rituais militares por Juliana Cavilha, formação de praças do Exército por Aline Prado Atassio. Ao lado destes, alguns textos que desenvolvem reflexões mais teóricas como os de Celso Castro, Piero Leirner, Alexandre Colli de Souza e Máximo Badaró. O único texto de um historiador é a bela reflexão que faz Adriana Barreto de Souza sobre a pesquisa em Arquivos Militares.

Outra característica que de imediato chama a atenção é o fato de que as mulheres são maioria neste grupo de pesquisadores que estuda predominantemente o Exército, com a exceção dos textos sobre as Cadetes Pioneiras da AFA e em parte o que explora o “mundo do quartel”, no qual Cristina Rodrigues da Silva relata a pesquisa que realizou também na AFA. Não há um texto sobre a Marinha do Brasil. É fato que este silêncio é significativo e deve-se refletir sobre ele, contudo, este não é o espaço pertinente. Também esta marcante presença feminina no campo dos estudos militares é alvissareira para a academia.

O livro, como qualquer obra coletiva, apresenta textos de diferentes níveis.

* Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP) e Professor Associado da Universidade Estadual de Londrina (UEL) / Brasil.

Alguns, fruto de acurada reflexão teórica, apontam problemáticas bastante relevantes para os estudos militares na área de antropologia, ou melhor dizendo, para a constituição do que seria uma *antropologia dos militares*, ou seja, *relativa aos militares* como bem destaca Leirner à página 31. Outros se debruçam mais sobre a experiência realizada, apoiando-se nas reflexões desenvolvidas pelos pesquisadores seniores.

O subtítulo *reflexões sobre pesquisa de campo* indica o fio condutor, ou seja, a problemática que articula todos os textos da obra, da qual, derivam as questões apresentadas pelos autores.

Em outras palavras, é o importante momento em que o pesquisador reflete sobre a trajetória da sua pesquisa e como esta influenciou decisivamente nos resultados obtidos e nas conclusões apresentadas. Neste sentido, é o pensamento que se volta sobre si e se desdobra na indagação que todos nós devemos fazer: O que é esta pesquisa que eu faço? Como a faço? E de que maneira o modo como a faço influencia o que estou enunciando ao mundo sobre meu objeto. É, na linguagem dos historiadores, a busca do posicionamento do pesquisador, do lugar social da pesquisa: *De onde falo? Para quem falo?*, questões de há muito postas por vários pensadores, dentre os quais Claude Lefort no importante livro *As formas da História* e Michel de Certeau no belo *A Escrita da História*.

Assim, o movimento dos autores em seu exercício de reflexão sobre o *processo de produção do conhecimento* é aquele que descreve a formulação da problemática, a pesquisa, no caso em questão, a já tradicional observação antropológica participante e os resultados, mediados pelo contato com o “objeto” ou, como este grupo de pesquisadores se referem aos militares, “com seus nativos”. Estas experiências, embora, marcadas pelo traço comum do estudo de militares, são diferentes em cada caso e, por isto mesmo, narradas em diferentes registros do sensível, isto é, alguns com mais esperança e otimismo, outros nem tanto.

Este registro do sensível é importante, pois, ele revela um aspecto fundamental da pesquisa do etnólogo: o envolvimento direto e pessoal com o seu “objeto”. E causa ao historiador certa surpresa a *perplexidade que estes antropólogos revelam* quando diante de “seus nativos”.

E que perplexidade é esta? E por que ela causa surpresa? Para iniciar

retomo as formulações, por demais conhecidas, de Bacon sobre as relações entre saber e poder, retomadas contemporaneamente por Foucault.

Estas formulações enunciam que não só o conhecimento, mas principalmente sua produção é sempre fruto de relações de poder. Disto também já sabiam, no século XVI, nossos primeiros etnólogos, como Bernardino de Sahagún que ao longo de quarenta anos escreveu *junto* com os caciques astecas a *Historia General de las cosas de Nueva España*. Buscava ele, inicialmente, conhecer a cultura asteca para extirpar o pecado da idolatria. Isto porque logo os espanhóis perceberam que os nativos adoravam seus “falsos deuses” no interior dos rituais e dos templos cristãos.

Assim, para esses missionários-etnólogos o conhecimento adquirido, a partir da sua posição de conquistadores, permitiria uma real cristianização dos nativos. Sabemos que o resultado, como bem destacou Tzvetan Todorov em *A conquista da América, a questão do outro*, não foi o esperado pelos próprios missionários, que passaram, especialmente no caso de Bernardino a admirar e amar a cultura de “seus nativos”, numa espécie de reverso da conquista que constitui um dos mais ricos processos de mestiçagem cultural no período.

No caso do livro organizado por Celso Castro, esta questão é quase que enunciada como uma novidade. Em seu texto, no qual narra sua experiência na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), relata que a pesquisa foi vista como “inusitada” por oficiais e cadetes da escola. Um diálogo particularmente interessante ocorre quando chegando à Academia pela primeira vez, o major que chefiava o serviço de relações públicas, lendo sua carta de apresentação exclamou: “Já sei! Já entendi o que você quer! Agora entendi tudo! Você quer fazer uma coisa tipo aquele trabalho do Gertz sobre a briga de galos em Bali!”. Ao que Celso Castro observa:

Inusitado por inusitado, não sei o que era mais: se minha pesquisa, o se me ver diante de um “nativo” que fazia esta afirmação. Pior que isso, ele passou a perguntar qual a minha “tendência”: se era a do Lévi-Strauss, a do Gertz, a do Malinowski... Confesso que, do alto dos meus 23 anos de idade e apenas um semestre de curso de mestrado, fiquei aterrorizado com a perspectiva de ter que discutir teoria antropológica com meus nativos, desde o primeiro dia da pesquisa de campo. (p. 23-24).

Esse tipo de “leitura do real” remete à questão de como o pesquisador “pensa” o seu sujeito, no caso em questão, como Celso e seu grupo pensam “seus nativos”, os militares. E aqui é importante demonstrar as características

específicas do grupo a ser estudado.

Celso Castro começa a estudar militares, ele mesmo vindo de família de militares, no ano de 1987, isto é, no momento de democratização do país após quase vinte anos de regime militar. Assim, as instituições militares e os militares, eram amaldiçoados pela tradição de “esquerda” bastante forte nas faculdades de Filosofia, onde se encontravam os cursos de Ciências Sociais e História. Por outro lado, a visão do mundo universitário que tinham os militares também não era, por assim dizer, muito alvissareira. Querer estudar militares neste período e mesmo em períodos posteriores –como bem mostra o livro– era e, em certo sentido, ainda é um desafio. Pode-se dizer que atualmente a situação é bastante diferente quer de um lado, como de outro. Mas as mudanças na situação política não alteraram a natureza de instituições como as Militares ou como a Universidade, dotadas de suas hierarquias ritualizadas, processos disciplinares e procedimentos próprios.

Assim, o pesquisador que se debruça sobre temas militares vai se deparar com instituições totalizantes, cujos eixos centrais são a hierarquia e a disciplina. E é esta realidade que vai marcar o andamento e desdobramentos de seu trabalho. Assim, antes de começar uma pesquisa ele pode, atualmente, através do livro organizado por Castro e Leirner ter uma idéia da realidade com a qual vai se deparar, e neste sentido o livro é importantíssimo, pois inserir-se como observador em uma estrutura totalizante requer um conhecimento prévio de suas características básicas e de seu funcionamento.

E é este o fundamento da *perplexidade do antropólogo*. Como testemunha o próprio Celso Castro:

A maior parte da antropologia foi e até hoje continua sendo feita com grupos de alguma forma socialmente subalternos em relação ao antropólogo, ou que não dominam a linguagem acadêmica. A pesquisa com camadas médias ou elite pode, todavia inverter o sentido desta relação de dominação/subordinação. Em muitos momentos da pesquisa, ficou evidente que alguns de meus nativos sentiam-se numa posição intelectual, social ou moral superior à minha (p.24).

A fonte deste sentimento prossegue Celso Castro, é coletiva, não individual. Ela repousa nas características dos militares, que de acordo com ele e os demais autores, tem uma visão de mundo fundada em jogos de oposições: mundo civil/mundo militar, amigo/inimigo. É a partir, portanto, destas categorias, que o pesquisador que adentra uma instituição militar vai ser analisado e julgado e deste julgamento depende o sucesso ou fracasso de seu

trabalho ou, pelo menos, da impossibilidade de realização deste como observador participante na instituição.

Assim, no momento em que estão desbravando e inaugurando um novo campo de abordagem da antropologia, os pesquisadores depararam-se com duas contingências estruturantes de seus trabalhos e de sua visão sobre os mesmos: o histórico –a democratização brasileira e o sociológico– a natureza de uma instituição militar. E ficam *perplexos* diante da recusa de seu “objeto”, ou de “seus nativos” em serem elementos apenas “observáveis” - como se isto fosse possível e algum dia tivesse realmente acontecido– e daí o sentimento de horror quando um militar, não apenas quer discutir antropologia, mas quando a instituição militar controla e limita as condições em que o trabalho etnográfico ocorre, pois, não apenas no contexto da democratização, os militares querem garantir a transmissão ao mundo de determinada memória do passado (remoto e próximo), mas também fixar uma imagem no presente e projetá-la no futuro como continuidade, no caso em questão, de um grupo que se sacrifica em benefício da pátria, isto é, de todos nós.

Esta operação de construção e transmissão de uma imagem do passado-presente e futuro como uma continuidade, isto é o controle da memória e da representação do grupo no universo público, é de fato uma característica específica das Instituições Militares, ou é comum aos vários grupos sociais contemporâneos? Faço a questão pensando, por exemplo, em trabalhos como o de Michael Pollak que demonstra o controle da memória exercido pelos alsacianos, cujo território foi ocupado e dominado sucessivamente ora por franceses, ora por alemães. O que o livro *Antropologia dos Militares* demonstra é que há, dadas as características dos militares, modos específicos de controle da memória na engenharia do poder que se instaura no interior das instituições e que tem por objetivo não apenas reificar a visão “oficial”, por assim dizer, para “os de dentro”, mas também conquistar ou, numa linguagem mais política, cooptar “os de fora” fazendo com que todos compartilhem da mesma visão, sobre si mesmos e sobre suas instituições. Por isto, o antropólogo sempre deve estar *em campo*, como bem ressalta Castro, isto é, sempre atento para não ser apanhado nesta rede.

Uma segunda questão, diz respeito ao discurso mais ou menos homogêneo do grupo de antropólogos e da historiadora que participam do livro acerca da

“epopéia” para conseguir realizar uma pesquisa em uma Instituição Militar. Este discurso funciona como uma espécie de “narrativa fundadora” do próprio grupo de pesquisadores de modo a valorizar o empreendimento realizado. E este valor é sempre correlacionado às dificuldades existentes, isto é, quanto maiores forem os obstáculos vencidos, maior é o valor do que se realiza. Esta é uma operação fundadora bastante comum, por exemplo, em grupos migrantes em áreas novas de colonização, mas também, por exemplo, para nos situarmos na academia, da História Oral. Fundada por Heródoto, desvalorizada e repudiada pelos “positivistas”, a História Oral contemporânea ganha força, vitalidade e legitimidade como campo novo no âmbito da História. Mas para isto, que dificuldades enormes tiveram os historiadores orais que vencer!, que tradições assentadas no texto escrito tiveram que questionar e superar até provarem o seu valor! Este tipo de narrativa fundadora é uma operação fundamental na constituição da legitimidade do campo, e seu público, no caso dos antropólogos é duplo: a academia e o quartel. O discurso dirigido para a acadêmica visa demonstrar que é possível, apesar das dificuldades, trabalhar com os militares sem passar a amá-los, isto é, sem ser “cooptado”. Já para o quartel, a mensagem é: somos capazes de estudá-los e compreendê-los objetivamente, sem aceitar esta categorização amigo/inimigo na qual vocês procuram nos enquadrar. Nosso trabalho transcende esta categorização e conseqüentemente ultrapassa os limites do mundo pensado por vocês como divisão entre civis e militares.

O que me remete à minha última questão. O tratamento dado aos militares como “meus nativos”.

Este tratamento, usado sistematicamente por todos os autores do livro, parece ser uma espécie de reação à perplexidade que o antropólogo sente diante do seu “objeto participante”. Na medida em que se descobre em uma relação de poder na qual se encontra em “desvantagem”, ou em uma posição “subordinada” à autoridade, poder e rito das Instituições Militares o pesquisador acaba por usar uma “categoria nativa” dos antropólogos para “enquadrar” os militares dentro de sua própria visão de mundo de modo a inverter esta relação de desvantagem em que se encontra. A contrapartida, portanto, à designação de “paisano” ou “civil” dada pelos militares é tratar a estes como “seus nativos”. Confesso que esta categorização, como modo de operar um distanciamento em relação ao “objeto” de estudo me causa surpresa.

Isto porque, em parte, o termo “nativo” contraria a idéia do livro de que o militar é um constructo histórico-cultural, como tudo o mais que existe neste mundo criado pela humanidade. Em segundo lugar, os cientistas sociais são treinados para identificar as estratégias narrativas que o induzem ao comprometimento com a visão de seu interlocutor, esteja ele morto ou vivo, especialmente no caso dos Historiadores.

Por exemplo, o ambiente familiar criado por Joaquim Nabuco no seu magnífico livro *O Estadista do Império*, visa, entre outras questões, glorificar a monarquia e os liberais monarquistas. A leitura do livro de Nabuco introduz o leitor em uma experiência de *familiaridade*. É como se o leitor participasse do diálogo que Joaquim trava com Thomaz e com os políticos imperiais. Esta sensação de “familiaridade” criada por Nabuco tem por objetivo criar uma empatia do leitor com a sua visão e mobilizá-lo para sua causa. Esta é a operação historiográfica que fazem os historicistas como bem observou Walter Benjamin: trata-se de criar uma *empatia* com os vencedores e perpetuá-los como tais. Por outro lado, dado à sua enorme erudição e profundo conhecimento das fontes, Sérgio Buarque de Holanda em seu livro *Do Império à República* cria também um ambiente familiar ao fazer com que o leitor participe da conversa que estabelece com a elite política imperial. O mecanismo operacional e o estilo são opostos aos de Nabuco. Também oposta é a finalidade desta operação, pois Sérgio Buarque, que não tem nenhuma simpatia, quer pela monarquia, quer pelo imperador, visa com esta *familiaridade* destruir por dentro a representação da monarquia criada pelos monarquistas pós-queda do regime e perpetuada por intelectuais, como Oliveira Viana. Não é possível estabelecer uma *empatia* com o regime monárquico após a leitura do livro de Sérgio Buarque.

No caso do livro *Antropologia dos Militares* o termo “nativo” com o qual os militares são tratados denota a vontade de criar um afastamento, por todas as razões já aqui apresentadas, como forma de evitar a construção ou a demonstração de uma *empatia*. A terminologia, entretanto, soa bastante artificial, quando se verifica que os pesquisadores possuem uma *familiaridade* com seus temas e um conhecimento de sua pesquisa realizada por meio de uma intensa “observação participante” através da qual estabelece relações e vínculos bastante fortes e significativos com os militares. Esta familiaridade não resulta

de modo algum em *empatia*, ou em outras palavras, como já observou Tzvetan Todorov no seu livro *Em face do Extremo*, compreender *não é justificar*. Ele se refere no caso, à compreensão dos regimes totalitários. Diria, portanto, que a *familiaridade* é fundamental para o trabalho do cientista social, mas o desenvolvimento de uma *empatia* com seu objeto ou não, é uma questão política de primeira grandeza, pois se refere a uma opção que deve ser assumida publicamente.

Assim, a experiência da leitura de *Antropologia dos Militares* é fundamental para os iniciantes no campo dos estudos militares perceberem a intensa relação de poder que se estabelece no processo de construção da compreensão de determinado fenômeno e como esta relação caracteriza o conhecimento que temos dos “outros” e de “nós” mesmos.

Colaboração recebida em 31/12/2009.